



MIP HOLDING S/A

CNPJ: 05.927.472/0001-08

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2024 com Relatório do Auditor Independente

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar os resultados econômicos e financeiros da MIP Holding S.A. nos exercícios de 2023 e 2024. A MIP Holding S.A. é uma holding pura, controladora das empresas do GRUPO MIP que são: a MIP Engenharia Ltda, a MIP Construtora Ltda, a MIP Investimentos e Participações Ltda e a Multilift Logística Ltda. Cada empresa possui gestão independente, constituída por Diretoria própria e com autonomia de atuação. A MIP Holding S.A. possui um Conselho de Administração composto por seis Conselheiros, sendo três deles Conselheiros Independentes, com diversidade de formação e experiência, essenciais para implementar ações estratégicas de forma ética, transparente e confiável. Como responsável pela Governança do GRUPO, o Conselho de Administração é o guardião da cultura e do Compliance de todas as empresas, garantindo que suas atuações estejam dentro dos mais elevados princípios éticos, em linha com a missão da MIP Holding S.A. O Conselho conta com o apoio de Comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria Riscos e Compliance, o Comitê de Estratégia e Investimentos e o Comitê de Gestão e Pessoas, que têm como objetivo analisar os temas correlatos às suas atribuições com maior profundidade e assertividade. O Conselho de Administração encoraja as empresas na adoção de ações que visem garantir a sustentabilidade e a longevidade do GRUPO MIP e na incorporação das melhores práticas de governança e alcance social e ambiental. Este ano, foram investidos mais de R\$ 1 milhão em ações sociais pelo Brasil, impactando milhares de pessoas. No exercício de 2024, a MIP Holding S.A. registrou receita bruta consolidada de R\$ 1.527.475 mil e lucro líquido de R\$ 203.787 mil, representando um crescimento de 32% na receita bruta e de 28% no lucro líquido em comparação ao exercício de 2023. Esses resultados evidenciam a manutenção de uma trajetória de crescimento consistente, com ganhos relevantes de escala e eficiência operacional. A MIP Engenharia desde 1961 executa obras industriais e gestão de empreendimentos em todo o território brasileiro, com forte atuação nos setores de mineração, siderurgia, metalurgia, óleo e gás, e celulose. Em 2024, foi reconhecida como a grande campeã do setor de Construção, Materiais e Decoração no Anuário Época NEGÓCIOS 360°, premiação realizada em parceria com a Fundação Dom Cabral, que destaca as companhias com melhor desempenho em dimensões como inovação, visão de futuro, governança corporativa, performance socioambiental e gestão de pessoas.

Adicionalmente, a empresa foi aprovada, pela quarta vez consecutiva, para integrar a lista das Empresas Pró-Ética - iniciativa que reconhece organizações comprometidas com a adoção de boas práticas de integridade e prevenção à corrupção. Este marco reafirma o nosso compromisso institucional com a ética, a transparência e a conformidade em todas as operações. A segurança do trabalho também esteve entre as prioridades estratégicas da companhia em 2024. Como parte dessa agenda, a empresa contratou a consultoria especializada DSS+ para conduzir um diagnóstico de cultura e maturidade em segurança. A MIP Construtora atua desde 1992 como incorporadora imobiliária em Minas Gerais, com foco na região metropolitana de Belo Horizonte, desenvolvendo empreendimentos residenciais e comerciais de alto padrão, além de loteamentos e condomínios horizontais. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como referência em qualidade, inovação e responsabilidade no setor da construção civil. Em 2021, alcançou um importante marco ao obter a certificação na norma ISO 45001:2018 - Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, tornando-se a primeira empresa de seu segmento em Minas Gerais a conquistar essa certificação. A incorporadora também possui as certificações ISO 9001:2015 e PBQP-H (Nível A), reafirmando seu compromisso com a excelência em processos, a segurança de seus colaboradores e a conformidade com os mais elevados padrões de gestão da qualidade. Em 2022, a MIP Construtora constituiu a subsidiária Janeiro Engenharia visando a expansão e atuação em novos nichos de mercado. A nova empresa foi estruturada com base nos mesmos princípios e padrões da controladora, incorporando todas as suas certificações. A Multilift Logística atua desde 1995 em operações portuárias, armazenagem e soluções intermodais com forte atuação no Corredor Logístico Centro-Leste que interliga o Centro-Oeste, Minas Gerais e o Espírito Santo. Atualmente opera no Porto de Vitória e possui Terminais Intermodais em Minas Gerais e no Espírito Santo, interligando toda a malha rodoviária e ferroviária aos principais pontos do país. No Porto de Vitória, a Multilift Logística possui dois contratos de exploração portuária com a Vports, Concessionária e Autoridade Portuária, com um berço exclusivo e uma retroárea alfandegada de 40 mil m². Em 2024 a empresa celebrou o primeiro ano de operação dos contratos de exploração portuária com a Vports, marcado por importantes conquistas operacionais. Dentre os marcos alcançados,

destacam-se: (i) investimento na infraestrutura de armazenagem alfandegada para a retomada das operações ferroviárias de graneis sólidos no Porto de Vitória; (ii) superada a marca de 350 mil toneladas embarcadas de lítio verde produzido no Vale do Jequitinhonha (MG); e (iii) a marca de 10 anos de operação do terminal especializado de ferro gusa, com mais de 6 milhões de toneladas embarcadas e 235 navios operados no período. Esses resultados refletem a sinergia estratégica entre as empresas e o fortalecimento da infraestrutura logística portuária. A MIP Investimentos e Participações atua desde 2018 no setor de infraestrutura, com investimentos nos setores de saneamento, energia fotovoltaica e tratamento de resíduos químicos. Seus principais investimentos buscam a sustentabilidade em consonância com as diretrizes da COP26 (ESG/ Carbono Zero). Todas as empresas do GRUPO MIP conduzem seus negócios em conformidade com os mais elevados padrões éticos e morais. Seus profissionais estão comprometidos com o fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na ética, integridade e transparência. Para sustentar esse compromisso, o Grupo conta com instrumentos essenciais de governança, como a Matriz de Riscos dos Negócios, o Código de Ética e Conduta e um Canal de Denúncias estruturado, que assegura sigilo e proteção contra retaliações. Os valores que norteiam a atuação do Grupo - Seriedade, Integridade, Inovação, Segurança das Pessoas, Compromisso com os Resultados e Responsabilidade Social e Ambiental - estão amplamente disseminados e incorporados à cultura corporativa. Adicionalmente, todas as empresas implementaram os mecanismos necessários para assegurar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a segurança e a confidencialidade das informações de todos os stakeholders. Temos a convicção que só o trabalho sério, honesto, focado no envolvimento e no desenvolvimento das pessoas e no compartilhamento dos resultados por todos, pode levar uma empresa ao sucesso. Agradecemos a confiança com que todos os nossos stakeholders sempre nos distinguiram, especialmente os nossos clientes, esperando continuar contribuindo com o esforço e a dedicação de todas as nossas pessoas para o crescimento e o desenvolvimento do nosso país.

Marco Antonio Andrade Carneiro
Diretor Presidente

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)																	
Ativo	Controladora				Consolidado				Passivo	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023						
Circulante						Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.366	23.630	115.752	203.495	Fornecedores	14	330	5	64.721	51.531						
Contas a receber	6	93	84	331.908	239.682	Passivo de arrendamento	16	68	-	18.229	13.274						
Estoques	7	-	-	81.522	79.147	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	53.043	48.719						
Tributos e contribuições a recuperar	8	1.215	1.499	14.898	10.109	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	1.131	17.223						
Despesas pagas antecipadamente	9	3	3	4.181	3.720	Tributos e contribuições a recolher	17	1.436	1.789	16.952	17.849						
Transações com partes relacionadas	9	86.591	6.223	278	36	Obrigações trabalhistas	18	287	73	35.669	21.251						
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	212	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	25.1	-	-	559	2.409						
Adiantamento a fornecedores		655	-	12.485	6.646	Transações com partes relacionadas	9	-	-	-	8						
Outros créditos		-	-	2.635	3.352	Adiantamentos de clientes	6	-	-	166.961	163.841						
		97.923	31.439	563.871	546.187	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	19	83.705	25.926	110.031	26.494						
						Provisões para riscos e outras	10	-	-	371	-						
						Outras contas a pagar	-	-	-	2.005	3.278						
								85.826	27.793	469.672	365.877						
Não circulante						Não circulante											
Contas a receber	6	-	-	116.903	64.728	Passivo de arrendamento	16	139	-	21.176	20.995						
Depósitos judiciais	10	-	-	5.578	6.472	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	119.842	68.952						
Tributos diferidos	25	3.027	1.063	7.536	6.678	Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	-	1.947						
Tributos e contribuições a recuperar	8	-	-	86	86	Tributos e contribuições a recolher	17	-	-	927	-						
Transações com partes relacionadas	9	-	-	28.158	18.022	Provisões para riscos e outras	10	-	-	16.722	17.039						
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	645	-	Provisão para perda com investimento	11	12.172	8.175	23.230	17.676						
Outros créditos		-	-	3.271	2.919	Transações com partes relacionadas	9	-	-	2.641	2.220						
Investimentos	11	282.379	248.337	3.081	4.992	Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	-	-	1.143	2.891						
Imobilizado	12	255	-	222.139	148.634	Adiantamentos de clientes	6	-	-	21.981	71.411						
Intangível	13	-	-	3.846	4.601												
Ativo de direito de uso	16	205	-	37.971	33.559												
		285.866	249.400	429.214	290.691												

				Outras contas a pagar		1.021	1.939	
					12.311	8.175	208.683	204.070
				Patrimônio líquido				
				Capital social	19	110.107	110.107	110.107
				Reservas de lucros e capital		173.331	132.779	173.331
				Reservas de avaliação patrimonial		2.214	1.985	2.214
				Patrimônio líquido antes da participação de minoritários		285.652	244.871	285.652
				Participação de minoritários		-	29.078	22.060
						285.652	244.871	314.730
						383.789	280.839	993.085
								836.878
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido				
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais)									
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Reserva de reflexa	Reserva de contingências	Lucros acumulados	Total do patrimônio acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2022	101.606	7.845	3.711	103.318	2.321	-	-	-	218.801
Aumento de capital social	8.501	-	-	-	-	-	-	-	8.501
Adiantamento para futuro aumento capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos e JCP	-	-	-	(126.341)	-	-	-	-	(126.341)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	142.575	142.575
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	7.129	-	-	-	-	(7.129)	-
Absorção dos lucros	-	-	-	135.446	-	-	-	(135.446)	-
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial, reflexo	-	-	-	1.671	(1.117)	-	-	554	43
Efeito de Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	894	-	-	894	89
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras, reflexo	-	-	-	-	(113)	-	-	(113)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	110.107	7.845	10.840	114.094	1.985	-	-	244.871	22.060
Distribuição de dividendos e JCP	-	-	-	(136.361)	-	-	-	(136.361)	(157.922)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	175.190	175.190
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	8.759	-	-	-	-	(8.759)	-
Constituição de reserva de contingências	-	-	-	(57.130)	-	-	57.130	-	-
Absorção dos lucros	-	-	-	166.431	-	-	-	(166.431)	-
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial, reflexo	-	-	-	1.723	(1.169)	-	-	554	(90)
Efeito de Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	609	-	-	609	56
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras, reflexo	-	-	-	-	789	-	-	789	16
Saldos em 31 de dezembro de 2024	110.107	7.845	19.599	88.757	2.214	57.130	-	285.652	29.078
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A MIP Holding S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. A Companhia reúne as participações acionárias das empresas do Grupo MIP ("Grupo") sob uma ótica de direção e controle unificados, visando a otimização dos seus resultados através do aproveitamento das sinergias entre as suas atividades operacionais. As empresas controladas diretamente pela Companhia, que compõem o Grupo, são: ● MIP Engenharia Ltda.; ● MIP Construtora Ltda.; ● Multilift Logística Ltda.; ● MIP Investimentos Ltda. A MIP Engenharia, fundada em 1961, executa obras industriais e gestão de empreendimentos em todo o território brasileiro, tendo trabalhado para quase todas as grandes empresas nacionais dos setores de mineração, siderurgia, metalurgia, óleo e gás, celulose e outros. A MIP Construtora, fundada em 1992, é uma incorporadora imobiliária, atuando em Minas Gerais principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, com edificações residenciais e comerciais de alto luxo e desenvolvimento imobiliário através de loteamentos e condomínios fechados. A MIP Construtora opera seus empreendimentos por meio de SPEs relacionadas na tabela de apresentação de controladas indiretas no item 2.2 deste relatório. A Multilift Logística, fundada em 1995, atua no setor de logística através de operação portuária e terminais rod-ferroviários, sendo atualmente a maior operadora portuária dos berços públicos do Porto de Vitória. A MIP Investimentos foi fundada em 2018 e atua no setor de infraestrutura, com foco nas concessões do setor de saneamento e em investimentos no mercado de energia fotovoltaica no modelo de geração distribuída. A controlada MIP Investimentos tem controladas e coligadas indiretas relacionadas na tabela de apresentação de controladas indiretas no item 2.2 deste relatório.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade - Declaração de conformidade
- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). **Bases de elaboração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os valores contábeis de empréstimos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, foram ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de abril de 2025. As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras e possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas abaixo.

Moeda funcional e moeda de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Conversão para a moeda de apresentação - As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas - A seguir são apresentados os percentuais de participação da Companhia em suas controladas diretas e indiretas e coligadas no encerramento dos exercícios de 2024 e 2023, a saber:

Controladas diretas	Sede	2024	2023
MIP Engenharia Ltda.	Brasil	90,86	90,86
MIP Construtora Ltda.	Brasil	94,81	94,81
Multilift Logística Ltda.	Brasil	93,00	93,00
MIP Investimentos Ltda.	Brasil	95,00	95,00
Controladas indiretas	Sede	2024	2023
Janiero Engenharia Ltda.	Brasil	93,86	94,85
Grão Mogol Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	94,81	95,81
MB Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	94,81	95,81
Martim Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	94,81	95,81
Paiol Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	94,81	95,81
ESM Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	94,81	95,81
Rio Grande Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	94,81	95,81
Três Rios Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	Brasil	92,79	92,79
WGA Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	56,89	56,89
Itapiranga Negócios Imobiliários S.A.	Brasil	50,72	50,72
MGV Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	94,81	94,81
MFC Empreendimentos S.A.	Brasil	63,05	63,05
MIP Construtores e Montagem Ltda	Brasil	-	90,86
MIP Investimentos Solares SPE Ltda	Brasil	95,00	95,00
MIP Investimentos Solares SPE Cláudio S.A.	Brasil	88,35	88,35
SOYS Energia S/A	Brasil	-	47,98
Coligadas (indiretas)	Sede	2024	2023
Direcional Assis Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A	Brasil	47,91	47,91
Haulder S.A.	Uruguai	46,50	46,50
Invictus Energia Fazenda Solar III	Brasil	33,25	33,25
NGP Nova Geração e Participação	Brasil	-	31,83
PCN Suzano S.A.	Brasil	-	15,92
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. ("Saneouro")	Brasil	38,00	38,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas e são coincidentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas do grupo, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são: i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; ii) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **Perda de controle** - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **Participação de não-controladores** - O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. 2.2.1. **Negócios em conjunto** - O desenvolvimento dos projetos de construção e montagem é efetuado diretamente pelo Grupo ou em conjunto com outros parceiros. A participação de parceiros ocorre de forma direta no empreendimento, por meio de consórcios para realizar os trabalhos. Tais consórcios são operações em conjunto nos quais as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Dessa forma, o Grupo reconhece, em relação às suas participações em consórcios: (a) Os ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos detidos no consórcio; (b) Os passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos no consórcio; (c) As receitas de venda da sua parcela sobre as receitas advindas do consórcio; e (d) As despesas e custos, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto. 2.2.2. **Investimentos em joint-venture e coligadas** -

Demonstrações dos resultados											
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	20	-	-	1.340.901	1.024.170			-	-	1.340.901	1.024.170
Custo de construção e serviços prestados	21	-	-	(918.583)	(713.591)			-	-	(918.583)	(713.591)
Lucro bruto		-	-	422.318	310.579			-	-	422.318	310.579
Despesas e receitas operacionais											
Gerais, administrativas e vendas	22	(629)	(1.413)	(90.247)	(74.537)						
Despesas tributárias		-	-	(458)	(1.503)						
Resultado de equivalência patrimonial	11	191.503	147.213	(7.378)	(4.578)						
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	24	(18.365)	(11.207)	(21.862)	(9.399)						
		172.509	134.593	(119.454)	(90.917)						
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		172.509	134.593	302.373	220.562						
Resultado financeiro, líquido	23										
Receitas financeiras		1.414	8.319	45.047	33.323						
Despesas financeiras		(697)	(725)	(45.660)	(28.232)						
		717	7.594	(613)	5.091						
Lucro antes dos impostos		173.226	142.187	301.760	225.653						
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	25	-	-	(98.511)	(61.051)						
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	25	1.964	388	538	(4.909)						
Lucro líquido do exercício		175.190	142.575	203.787	159.693						
Atribuível a:											
Controladores		175.190	142.575	175.190	142.607						
Non controladores		-	-	28.597	17.086						
		175.190	142.575	203.787	159.693						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ao perder influência significativa sobre a joint-venture ou coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento reído ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da joint-venture ou coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados

3.1. Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros - Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais); e iii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos. Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: ● O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; ● Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI"). Os ativos financeiros detidos pela Empresa atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) **Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. ii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou ii) a Empresa transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento. **Provisão para perda esperada de crédito** - As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking) e garantias contratuais. **Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. **Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado** - Esta é a categoria mais relevante para a Empresa e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - Os instrumentos derivativos contratados pela Empresa têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos. Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 14. Instrumentos financeiros derivativos que não forem designados para hedge accounting são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. As operações com instrumentos derivativos são designadas como hedge accounting de fluxo de caixa e as perdas e ganhos não realizados decorrentes de oscilações no valor justo destes instrumentos são reconhecidos na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em contrapartida da rubrica instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial. Quando realizadas, as perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado. **a) Hedges de valor justo** - A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. **b) Hedge de fluxo de caixa** - A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada para proteger a Empresa da volatilidade do fluxo de caixa atribuível a um risco de variação cambial associado à exposição de dívida indexada ao dólar que afetará o resultado do exercício. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge. A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada para proteger a Empresa da volatilidade do fluxo de caixa atribuível a um risco de variação cambial associado à exposição de dívida indexada ao dólar que afetará o resultado do exercício. A Empresa designa como hedge o valor intrínseco dos instrumentos de proteção contratados. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na linha de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado à parcela inefetiva é reconhecido, quando aplicável, no resultado do exercício, em outras despesas financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício. **c) Ineficácia do hedge** - A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. No caso de hedges para captações em moeda estrangeira, a Empresa contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Empresa contrata swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Portanto, a Empresa realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, a Empresa utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilidade de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Atualmente, os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962, possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a taxa de trocas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda de dólares para reais, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa. Esses swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (divida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico uma dívida remunerada com base em % do CDI e em reais no balanço patrimonial da Empresa. A Empresa estabeleceu a relação de proteção de 1:1 e trimestralmente realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia e efetividade. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco e investimentos financeiros com vencimento original em três meses ou menos a partir da data da contratação, com convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa. Esses investimentos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **3.3. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques das unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidas, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados pelo valor do custo incorrido. Os estoques de imóveis em construção são demonstrados em estoque correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, quando aplicável). A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de início do empreendimento. Terrenos a incorporar com expectativa de utilização superior a doze meses são classificados como ativos não circulantes. Quando o valor do custo incorrido ultrapassa o valor realizável líquido, o Grupo constitui uma provisão para desvalorização dos estoques, reconhecida no resultado. Os estoques de unidades concluídas estão reconhecidos por valores abaixo do mercado, não representando riscos de perdas ou desvalorização. **3.4. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de

depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os referidos gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Depreciação Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição dos ativos	Vida útil em anos
Edificações e benfeitorias	1 a 30 anos
Instalações	10 anos
Maquinários e ferramentas	1 a 30 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	1 a 5 anos
Veículos	1 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Em 2024, não houve alteração significativa na vida útil e valores residuais dos bens foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. Em 2024 e 2023, nenhuma alteração na vida útil e valores residuais dos bens foi registrada uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. **3.5. Arrendamentos** - A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Ativo de direito de uso** - A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Passivo de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um contrato de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** - A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contêm opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório e outros equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.6. Ativos intangíveis** - Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução do valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado de acordo com o método linear e é baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte: ● Software: 1 a 5 anos. ● Projetos: 25 anos. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Em 2023 nenhuma alteração na vida útil e método de amortização foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **3.7. Redução ao valor recuperável (Impairment)** - O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não está sendo recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado e ativos intangíveis poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não identificou impairment para os ativos não financeiros. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. **3.8. Benefícios a empregados** - Os benefícios concedidos a empregados e diretores do Grupo incluem, em adição à remuneração fixa, salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário, remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de previdência privada - contribuição definida administrada por seguradora. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação com base em regime de competência. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado, nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **3.9. Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para demandas judiciais** - A Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo está a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **Provisão para manutenção de imóveis (Garantias)** - As provisões para o custo esperado com a manutenção de imóveis são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação do Grupo. **Ativos contingentes** - Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração do Grupo possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **3.10. Tribuição** - **Impostos sobre vendas - Controladas** - As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: ● Programa de Incentivo Social (PIS) de 0,65% a 1,65%; ● Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% a 7,6%; ● Imposto sobre serviços (ISS) de 3% a 5%; e ● Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de receitas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levava a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11. Reconhecimento da receita, custo, conta a receber e adiantamentos de clientes** - De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **Recita MIP Engenharia** - A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando a conclusão do contrato de construção puder ser confavelmente estimada, a receita associada é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. Logo, as receitas desse contrato passam a ser reconhecidas ao longo do tempo de maneira

proporcional, de acordo com as medições aprovadas pelo Cliente. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos incorridos na condição de que possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **Recita MIP Construtora** - O modelo de negócios da Empresa é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de empreendimentos imobiliários em construção ou já concluídos, cujo reconhecimento da receita se dá conforme o seguinte: (i) Nas vendas de unidades em construção, as receitas de vendas foram apropriadas ao resultado à medida do avanço da construção, uma vez que a transferência do controle deve ocorrer de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC - Percentual de Conclusão" para os empreendimentos em construção. O método POC é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas, iniciados, usualmente, a partir da efetiva formalização do contrato de compra e venda. O custo orçado total dos foi estimado inicialmente quando do lançamento do empreendimento e é revisado regularmente. Eventuais ajustes identificados nesta estimativa com base nas referidas revisões são refletidos nos resultados da Empresa de forma prospectiva. (ii) Os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos. (iii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. (iv) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada e o contrato de compra e venda é firmado. Já para terrenos ou parcelas de terrenos, o resultado é apropriado no momento em que ele reúne condições de ser transferido ao cliente. Em ambas as situações, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. (v) Os juros profícuos e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. A Empresa e suas controladas contabilizam os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Empresa tem direito. A Empresa constitui provisão para distratos quando, e se, identificar riscos de entrada de fluxos de caixa. Os contratos são monitorados para verificar o momento em que essas condições sejam mitigadas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros somente em contas patrimoniais. Com base nesse entendimento e o modelo de negócio da Empresa, a Administração mantém a metodologia do POC para o reconhecimento da receita, tendo em vista que, em síntese, o Ofício-Circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos tempestivos; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras individuais e consolidadas). Na avaliação da entidade, quanto ao critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil, a condição sine qua non para a aplicação do POC, é a existência de estrutura de controles internos - framework- com padrão de qualidade adequado para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fiduciária. Resposta: Multa - A receita de prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Empresa consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações. **3.12. Classificação circulante versus não circulante** - Um ativo é classificado no circulante quando: ● Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e ● É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: ● Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; ● Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; ● Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e ● A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.13. Mensuração do valor justo** - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão desatualizadas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: **Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtóais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: **Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações** - Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada. Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais. Demonstrações Separadas. Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024** - A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7** - As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma tempestiva e, quando aplicável, as alterações de estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e apresenta risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ● Nota explicativa 3.5. - Taxa de desconto aplicada em contratos de arrendamento; ● Nota explicativa 6 - Contas a receber, incluindo "PECLD"; ● Nota explicativa 7 - Estoques, incluindo estoque de imóveis a comercializar; ● Nota explicativa 10 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; ● Nota explicativa 12 - Imobilizado - estimativa da vida útil. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e saldos em contas correntes	258	-	3.063	11.102
Aplicações financeiras de liquidez imediata	9.108	23.630	112.689	192.393
	9.366	23.630	115.752	203.495

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Continua



A Empresa possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a certificado de depósito bancário com remuneração média entre 85% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A exposição da Companhia a notas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº. 27.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de engenharia	-	-	165.509	36.650
Contas a receber faturada	-	-	106.185	134.770
Receitas a faturar	-	-	6.260	9.112
Venda de imóveis	-	-	168.830	110.680
Incorporação de Imóveis	-	-	9.203	19.255
Serviços portuários	-	-	-	343
Outros	93	84	112	343
	93	84	456.099	310.790
(-) Provisão para perda estimada de créditos das contas a receber	-	-	(5.803)	(4.398)
(-) Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(1.485)	(1.982)
	93	84	448.811	304.410
Circulante	93	84	331.908	239.682
Não circulante	-	-	116.903	64.728

A composição do contas a receber por faixa de vencimento é demonstrada como segue:

	2024	2023
Serviços executados a faturar	106.185	146.141
A vencer	274.296	143.224
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias	28.450	9.289
Vencidos de 31 a 180 dias	32.532	4.853
Vencidos a mais de 181 dias	14.636	7.263
	456.099	310.790

Abaixo, encontra-se disposta a movimentação da provisão para perda esperada ao final do exercício:

	2024	2023
Saldo no início do período	(4.398)	(3.324)
Montante (constituído)	(1.405)	(1.074)
Saldo no final do período	(5.803)	(4.398)

Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título. Abaixo, encontra-se disposta a movimentação do ajuste a valor presente referente ao final do exercício:

	2024	2023
Saldo no início do período	(1.982)	(2.242)
Montante (constituído) / revertido	497	260
Saldo no final do período	(1.485)	(1.982)

Adiantamento de clientes

	2024	2023
Cientes - Incorporação de Imóveis	21.366	25.416
Adiantamento Unidades Permutadas em Construção	11.603	6.354
Cientes de serviços de engenharia	154.060	203.432
Outros	1.913	50
Total	188.942	235.252
Circulante	166.961	163.841
Não circulante	21.981	71.411

7. Estoques

A composição dos estoques, inclusive dos Imóveis a comercializar de unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidas, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis a Construir	5.040	11.304
Imóveis Adquiridos de Terceiros	3.734	2.046
Imóveis Concluídos	20.010	12.186
Imóveis em Construção	45.681	49.017
Materiais	7.057	4.594
	81.522	79.147

8. Tributos e contribuições a recuperar

Créditos provenientes essencialmente de Imposto de Renda retido de aplicações financeiras e não utilizados nas apurações correntes, além de pagamentos indevidos ou a maior de demais tributos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda a recuperar	1.215	1.499	7.073	4.275
Contribuição social a recuperar	-	-	186	710
INSS retido	-	-	6.893	4.547
Crédito de PIS/COFINS	-	-	619	554
Outros tributos a recuperar	-	-	213	109
	1.215	1.499	14.984	10.195

	2024	2023
Circulante	1.215	1.499
Não circulante	-	-
	86	86

9. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente ao direito a receber e a pagar de dividendos, juros sobre o capital próprio e mútuo e estão assim demonstradas na data do balanço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Outros valores a receber de controladas – prestação de serviços de backoffice	5.310	-	278	768
Mútuo Pessoa Física	-	-	11.331	17.125
Dividendos e JCP a receber (nota 19.2)	81.281	6.223	-	-
Mútuo Pessoa Jurídica	-	-	16.827	165
Total	86.591	6.223	28.436	18.058
Circulante	86.591	6.223	278	36
Não circulante	-	-	28.158	18.022

A movimentação dos saldos a receber de partes relacionadas é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.104
Adições	1.266
Recebimentos de principal	(133)
Provisão de juros	905
Recebimentos de juros	(84)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.058
Adições	8.762
Recebimentos de principal	(713)
Provisão de juros	3.110
Recebimentos de juros	(781)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.436

Saldos em 31 de dezembro de 2024		2023	
		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Contas a pagar com partes relacionadas	79	856	
Mútuo com acionistas - PJ	382	366	
Mútuo com acionistas - PF	2.180	1.006	
Total	2.641	2.228	
Circulante	-	8	
Não circulante	2.641	2.220	

A movimentação dos saldos a pagar a partes relacionadas é como segue:

A movimentação dos saldos a pagar a partes relacionadas é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	64.672
Captação	1.209
Amortização do principal	(55.503)
Provisão de juros	6.603
Amortização de juros	(14.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.228
Captação	991
Amortização do principal	(818)
Provisão de juros	240
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.641

A remuneração dos administradores da companhia durante o exercício está apresentada como segue:

	2024	2023
Remuneração Diretoria	1.304	
Remuneração do CAD	1.461	
	2.765	

10. Depósitos judiciais e provisões para riscos e outras

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos administrativos e ações judiciais de natureza cível e trabalhista. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu em 31 de dezembro de 2024, provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A provisão para as causas classificadas como perdas prováveis podem ser demonstradas conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais		
Trabalhistas	2.668	3.854
Previdenciários	2.577	2.324
Fiscais	115	114
Outros	218	180
	<u>5.578</u>	<u>6.472</u>

Provisões para riscos e outras		
Trabalhistas	(11.026)	(12.869)
Provisão para garantia	(1.734)	(665)
Provisão para distratos	(2.511)	
Outras	<u>(2.022)</u>	<u>(3.505)</u>
Total	<u>(17.093)</u>	<u>(17.039)</u>
Circulante	(371)	
Não circulante	<u>(16.722)</u>	<u>(17.039)</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a natureza das principais causas classificadas pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue: a) **Trabalhistas** - MIP Engenharia Ltda. A Empresa possui provisão

relativa a processos movidos por ex-empregados em que se reclamam verbas trabalhistas como horas extras e adicionais. Os depósitos judiciais foram exigidos para garantir uma futura execução das ações com sentença de mérito julgadas. Não foram exigidas garantias para execução das demais ações que não tiveram sentença de mérito julgadas. Os assessores jurídicos da Empresa julgam esses processos como prováveis de perda. **Multilift Logística Ltda.** Os valores são referentes a ações trabalhistas envolvendo trabalhadores portuários avulsos (TPAs) registrados junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso nos Portos Organizados do Porto de Vitória (OGMO-ES). b) **Cíveis** - MIP Construtora Ltda. A Companhia oferece garantia limitada de cinco anos contra problemas na construção, em cumprimento à legislação brasileira. A provisão é registrada à medida da evolução física da obra aplicando-se a média histórica de desembolsos, sendo limitada a 1,5% sobre os custos reais incorridos. A Companhia constitui provisão para distratos relacionados a ações contingenciais de rescisão, considerando os efeitos esperados dos distratos sobre as unidades em trâmite judicial. **Passivos contingentes** - com **probabilidade de perda possível** - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em processos de natureza trabalhista, cível e tributária, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual tais valores não encontram-se provisionados. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total dos processos avaliados como probabilidade de perda possível no consolidado era de R\$27.242 (em 31 de dezembro de 2023 o montante era de R\$6.553).

11. Investimentos

11.1. Movimentação dos investimentos em controladas

	MIP Engenharia	MIP Construtora Ltda.	Multilift Logística	MIP Invest.	Total
Participação 31/12/2023	90,86%	94,81%	93,00%	95,00%	
Participação 31/12/2024	90,86%	94,81%	93,00%	95,00%	
Investimento em 31/12/2022	77.126	139.589	35.739	(5.947)	246.507
Resultado de equivalência patrimonial	113.823	34.790	8.504	(9.904)	147.213
Integralização de capital em investidas	-	-	8.496	7.676	16.172
Dividendos e JCP	(91.315)	(53.671)	(13.959)	-	(158.945)
Perda dividendos desproporcionais	(6.814)	(1.518)	(1.155)	-	(9.487)
Perda Diluição na participação societária	-	-	(786)	-	(786)
Efeito de Hedge de fluxo de caixa	630	-	264	-	894
Ajuste de conversão de moeda	-	-	(113)	-	(113)
Ajuste de avaliação patrimonial	212	-	342	-	554
Venda de participação acionária em investida	-	(1.456)	(391)	-	(1.847)
Investimento em 31/12/2023	93.662	117.734	36.941	(8.175)	240.162
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	248.337
Provisão para perda em investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	(8.175)
Resultado de equivalência patrimonial	182.038	31.877	(6.746)	(15.666)	191.503
Integralização de capital em investidas	-	-	-	11.669	11.669
Dividendos e JCP	(156.098)	(426)	(210)	-	(156.734)
Perda por distribuição de dividendos desproporcionais	(17.855)	(330)	(162)	-	(18.347)
Efeito de Hedge de fluxo de caixa	400	-	209	-	609
Ajuste de conversão de moeda	375	-	789	-	1.164
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	181	-	181
Investimento em 31/12/2024	102.522	148.855	31.002	(12.172)	270.207
Investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	282.379
Provisão para perda em investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	(12.172)

11.2. Movimentação dos investimentos em coligadas

Abaixo está evidenciada a movimentação dos saldos de investimentos em coligadas, conforme investimentos detidos pela controladas diretas da Companhia:

12. Imobilizado

12. Imobilizado										
		Consolidado								
	Vida útil	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Imobilizado - custo										
Equipamentos (Leves, manuais, pesados)	1 a 30 anos	107.325	20.759	(10.986)		129.364	44.011	(12.157)	18.334	179.552
Veículos	5 a 20 anos	14.873	9.325	(2.054)	-	22.144	11.930	(4.055)	-	30.019
Instrumentos de Engenharia	1 a 30 anos	1.674	434	(86)	-	2.022	943	(54)	-	2.911
Móveis e Utensílios	5 a 10 anos	3.650	1.172	(470)	16	4.368	3.005	(727)	-	6.646
Equipamentos de Informática	1 a 5 anos	1.998	402	(38)	-	2.362	517	(101)	-	2.778
Benefetórias, edificações e instalações	1 a 30 anos	38.588	27.649	(880)	(549)	64.808	14.022	(827)	(15.689)	62.314
Outros	1 a 30 anos	6.871	13.353	-	(11.733)	8.491	23.373	-	(2.645)	29.219
Total		174.979	73.094	(14.514)	-	233.559	97.801	(17.921)	-	313.439

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Dep. Acumulada									
Equipamentos (Leves, manuais, pesados)	(56.831)	(8.557)	6.518	-	(58.870)	(11.002)	8.503	-	(61.369)
Veículos	(6.092)	(1.040)	1.355	-	(5.777)	(1.479)	2.248	-	(5.008)
Instrumentos de Engenharia	(1.018)	(125)	40	-	(1.103)	(217)	26	-	(1.294)
Móveis e Utensílios	(305)	(404)	202	(6)	(513)	(537)	157	-	(893)
Equipamentos de Informática	(2.237)	(211)	32	-	(2.416)	(261)	4	-	(2.673)
Benefetórias, edificações e instalações	(13.073)	(2.855)	749	6	(15.173)	(3.832)	15	-	(18.990)
Outros	(1.073)	-	-	-	(1.073)	-	-	-	(1.073)
Total depreciação	(80.629)	(13.192)	8.896	-	(84.925)	(17.328)	10.953	-	(91.300)
Total imobilizado	94.350	59.902	(5.618)	-	148.634	80.473	(6.968)	-	222.139

A Companhia não identificou indicadores de perda por valor recuperável (impairment) para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. Intangível

Descrição	Vida útil	Saldo				Saldo				Saldo
		31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Custo										
Software	1 a 5 anos	3.886	467	-	1.821	6.174	552	(40)	-	6.686
Gastos com desenvolvimento de projetos		1.268	562	-	-	1.830	-	(563)	-	1.267
Outros		108	-	-	-	108	79	-	-	187
Bens em andamento		1.914	-	(93)	(1.821)	-	-	-	-	0
Total		7.176	1.029	(93)	-	8.112	631	(603)	-	8.140

Descrição	Saldo				Saldo				Saldo			
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências
Amortização												
Software	(3.073)	(438)	-	-	(3.511)	(812)	29	-	(4.294)			
Total da amortização	(3.073)	(438)	-	-	(3.511)	(812)	29	-	(4.294)			
Total Intangível	4.103	591	(93)	-	4.601	(181)	(574)	-	3.846			

Durante o exercício, a controlada MIP Investimentos incorreu em gastos com desenvolvimento de projetos de geração de energia solar, para os quais já existe orçamento aprovado pela Administração para implementação e parecer de acesso para a realização das obras necessárias junto a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	330	5	48.581	38.717
Provisões para fornecedores	-	-	16.140	12.814
	330	5	64.721	51.531

Representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A provisão de fornecedores é realizada pela Empresa a cada fechamento a partir de serviços que foram prestados pelos fornecedores e já medidos, mas ainda não faturados.

15. Empréstimos

	index	Taxa anual	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Capital de Giro	CDI / SELIC	1,44% a 3,60%	2027 a 2033	15.945	25.647
FINAME	SELIC / IPCA	1,70% a 4,65%	2026	346	21.832
Operação 4131		3,12% a 5,63% (USD)	2029	22.018	42.258
Apoio a Produção	Poupança	10,36% a 11,76% a.a.	2027	50.756	27.364
Financiamento	SELIC	3,50% a.a	2034	84.789	863
Custos com empréstimo				(969)	(293)



2025 2026 Após 2026 Saldo do passivo de arrendamento 17. Tributos e contribuições a recolher	31/12/2024		25. Tributos sobre o Lucro	
	18.229 15.238 5.938 39.405		25.1. Conciliação da alíquota efetiva - A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentada a seguir:	
ISS a pagar INSS s/ Faturamento PIS e COFINS s/ Faturamento Impostos e Contribuições retidos Outras obrigações tributárias	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante Não circulante	5	1	4.872	6.967
	-	-	3.799	2.129
18. Obrigações trabalhistas	549	690	4.184	3.938
	882	1.098	3.165	3.915
Salário e Encargos sociais Provisão de Férias e encargos	-	-	1.859	880
	1.436	1.789	17.879	17.849
Total	1.436	1.789	16.952	17.849
	-	-	927	-
19. Patrimônio líquido	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salário e Encargos sociais Provisão de Férias e encargos	183	52	10.988	9.096
	104	21	24.681	12.155
Total	287	73	35.669	21.251
	-	-	-	-
19.1. Capital Social - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$110.107 (R\$110.107 em 31 de dezembro de 2023), composto de 75.221.870 ações ordinárias (75.221.870 ações ordinárias em 31/12/2023) nominativas e sem valor nominal	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
19.2. Reservas de lucros - a) Reserva legal - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$19.599 (R\$10.840 em 31 de dezembro de 2023). b) Reserva de retenção de lucros - Constituída a partir do lucro do exercício, cuja destinação será deliberada pela Assembleia em momento subsequente. c) Dividendos e juros sobre capital próprio - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 10% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral, permanecendo até a aprovação no Patrimônio Líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante). O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis. Portanto, estão sendo apresentadas em linhas distintas, demonstrando o efeito do imposto de renda. Os dividendos e juros sobre capital próprio a receber pela controladora é como segue:	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos e JCP	79.305	4.246	-	-
	1.976	1.977	-	-
MIP Engenharia Ltda (nota 9) Multilift Logística Ltda. (nota 9)	81.281	6.223	-	-
	-	-	-	-
A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2022	34.335	38.876	-	-
	125.243	138.260	-	-
Distribuição	(133.652)	(147.751)	-	-
	25.926	29.385	-	-
Saldo em 31/12/2023	135.480	157.922	-	-
	(77.701)	(76.133)	-	-
Distribuição	83.705	111.174	-	-
	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-
	-	-	-	-
O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	175.190	175.190	-	-
	(8.759)	(8.759)	-	-
Constituição da reserva legal (5%)	166.431	166.431	-	-
	(119.178)	(119.178)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	136.361	136.361	-	-
	-	-	-	-
Dividendos e JCP adicionais propostos	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total distribuído	-	-	-	-
	-	-	-	-
19.3. Reserva de reavaliação reflexa - Os efeitos reflexos decorrentes dos ajustes do custo atribuído aos ativos imobilizados das Empresas controladas que reconheceram a Reserva de ajuste de avaliação patrimonial em suas respectivas demonstrações do patrimônio líquido. 19.4. Reserva de capital - Recursos acumulados no patrimônio líquido que visam manter a integridade do capital social, garantir a realização de investimentos com recursos próprios ou no aumento do capital. 19.5. Reserva de contingências - Constituição da reserva de contingências, prevista no art. 24, II do Estatuto Social da Companhia e amparada pelo art. 194 da Lei 6.404/76. Essa iniciativa busca garantir a disponibilidade de recursos para projetos estratégicos futuros e circunstâncias contingenciais, inerentes ao negócio do Grupo.	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
MIP Engenharia Ltda.	1.204.735	879.844	-	-
	(147.646)	(100.761)	-	-
MIP Construtora Ltda.	1.057.089	779.083	-	-
	175.583	140.116	-	-
Multilift Logística Ltda.	3.157	4.565	-	-
	399	2.450	-	-
Operações Portuárias- mercado interno	(16.278)	(13.771)	-	-
	(3.441)	(3.000)	-	-
Serviços de Terminal e Armazenagem	159.420	130.360	-	-
	81.290	58.660	-	-
Aluguel de Maq.Equip. s/mao de obra	44.128	56.728	-	-
	1.337	5.904	-	-
Transporte de Carga	13.382	11.156	-	-
	1.098	-	-	-
Outros	(222)	-	-	-
(-) Vendas canceladas	(18.901)	(18.322)	-	-
	122.112	114.126	-	-
(-) Impostos sobre serviços prestados	-	-	-	-
	-	-	-	-
MIP Investimentos	-	-	-	-
	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	-
	-	-	-	-
Locação de máquinas e equipamentos	2.366	348	-	-
	(86)	(48)	-	-
(-) Impostos	2.280	601	-	-
	1.527.475	1.160.072	-	-
Receita Bruta	(186.574)	(135.902)	-	-
	1.340.901	1.024.170	-	-
Deduções de receita	-	-	-	-
	-	-	-	-
Receita líquida	-	-	-	-
	-	-	-	-
Tributos sobre receitas de vendas - a) MIP Engenharia Ltda. As receitas de serviços estão sujeitas às alíquotas de Cofins - 3%, PIS - 0,65% e ISS - de 2% até 5%. A Lei 13.161/2015 tornou facultativa a regra da desoneração da folha de pagamento para a Empresa. Sendo assim, ela poderá contribuir sobre o valor da receita bruta (4,5%) em substituição à contribuição de 20% sobre a folha de salários. A opção é anual e irrevogável para todo o ano calendário. b) MIP Construtora Ltda. As receitas de vendas estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas de Cofins - 3%, PIS - 0,65% para tributação no Lucro Presumido e Cofins - 1,71% e PIS - 0,37% no RET. c) Multilift Logística Ltda. As receitas de serviços estão sujeitas às alíquotas de Cofins - 7,6%, PIS - 1,65% e ISS - de 5%. d) MIP Investimentos Ltda. As receitas de serviços estão sujeitas às alíquotas de Cofins - 3%, PIS - 0,65%.	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(559)	(776)	(57.985)	(46.557)
	(2)	(430)	(19.012)	(16.846)
Despesas com serviços	(68)	-	(3.591)	(2.482)
	-	(19)	(1.022)	(906)
Depreciação/amortização	-	(188)	(8.637)	(7.746)
	-	(1.413)	(90.247)	(74.537)
Outras receitas / (despesas), líquidas	(629)	(1.413)	(90.247)	(74.537)
	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
	-	-	-	-
23. Resultado financeiro	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	1.414	996	24.683	18.531
	-	-	2.768	752
Despesas com pessoal	-	-	1.449	2.721
	-	-	-	-
Despesas com serviços	-	-	498	3.076
	-	-	7.322	7.322
Depreciação/amortização	-	-	14.678	-
	-	-	971	-
Descontos obtidos/juros	1.414	8.319	45.047	33.323
	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
	-	-	-	-
Ganho com operação de Swap	-	-	-	-
	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-
	-	-	-	-
Juros de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(76)	(1)	(18.897)	(12.165)
	-	-	(10.828)	(12.108)
Perda com operação de Swap	-	-	(3.446)	(1.417)
	-	-	-	-
Juros sobre Arrendamentos	(7)	-	-	-
	(66)	(46)	(1.094)	(835)
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	-	-	(9.173)	-
	-	-	(2.222)	(1.707)
Variação Cambial	(548)	(678)	(4.144)	(6.509)
	(697)	(725)	(45.660)	(28.232)
Outras	717	7.594	(613)	5.091
	-	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-
	-	-	-	-
24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita na Venda de Sucatas	-	-	977	552
	-	-	6.320	6.118
Aluguel	-	-	(1.219)	(1.347)
	-	-	3.259	3.991
Provisão para contingência	-	-	-	-
	-	-	-	-
Resultado na Venda de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	-	-
	-	-	-	-
Perda com distribuição desproporcional de dividendos	(18.346)	(11.197)	(20.788)	(11.197)
	-	-	(6.267)	(1.007)
Perdas Diversas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Outras Receitas e Despesas Não Operacionais	(19)	(10)	(4.144)	(6.509)
	(18.365)	(11.207)	(21.862)	(9.399)
	-	-	-	-
Total	-	-	-	-
	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	172.885	53.043	28.578	79.317
	64.721	64.721	-	-
Fornecedores	2.641	-	-	-
	-	-	-	-
Partes relacionadas	39.405	18.229	15.238	5.938
	3.026	2.005	1.021	-
Outras contas a pagar	188.942	166.961	21.921	-
	111.174	110.031	1143	-
Adiantamento de Clientes	1.131	1.131	-	-
	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-
	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	117.671	48.731	13.273	38.549
	51.531	51.531	-	-
Fornecedores	2.228	8	-	-
	34.269	13.274	11.508	9.487
Partes relacionadas	4.219	3.279	940	-
	235.252	163.841	71.411	-
Outras contas a pagar	29.385	26.494	2.891	-
	19.170	17.223	1.947	-
Adiantamento de Clientes	-	-	-	-
	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-
	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
	-	-	-	-
Bisco do mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as das taxas de câmbio, das taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno. Bisco cambial - O Grupo possui certos passivos financeiros em moeda estrangeira, os quais são apresentados a seguir:	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Moeda estrangeira Operação 4131	8.903	3.126	35.516	13.817
	-	-	(13.742)	(2.591)
Total	-	-	14.188	25.637
	8.903	3.126	35.962	36.863
Moeda estrangeira Operação 4131	34%	34%	34%	34%
	3.027	1.063	12.227	12.533
Total	-	-	(4.691)	(5.855)
	3.027	1.063	7.536	6.678
Consolidado	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.526	-	-	-
	(5.881)	-	-	-
Prejuízo fiscal aumento / (redução)	914	-	-	-
	6.678	-	-	-
Crédito fiscal não constituído	6.778	-	-	-
	(3.791)	-	-	-
Outros	(2.729)	-	-	-
	7.536	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
	-	-	-	-
A expectativa de realização é determinada de acordo com as projeções de resultados para os exercícios seguintes, limitado a restrição legal de compensação de no máximo 30% sobre os lucros tributáveis apurados. Os referidos créditos não possuem prazo prescricional.	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
26. Instrumentos financeiros derivativos	3.027	1.063	12.227	12.533
	-	-	(4.691)	(5.855)
Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais e dólar futuro até o vencimento, e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes. Os efeitos contábeis dessa transação estão descritos a seguir:	Controladora		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/20



individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Receitas de incorporação imobiliária - Conforme descrito na nota explicativa 3.11 e 20, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às entidades registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato	de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. ● Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ● Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 16 de abril de 2025. ERNST & YOUNG Daniel Cruz Arantes Campos Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/O Contador - CRC MG-091263/O Fim
--	--	---

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/2218-57BA-F290-B4FA> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2218-57BA-F290-B4FA



Hash do Documento

8i8OZOtQ+dzOUx2OlliKjuQcoUP5BorBZC9Zu8S+ka4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2025 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 17/04/2025 23:26

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

